



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Regulamentação da reforma

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), finalmente conseguiu entregar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o principal projeto de regulamentação da reforma tributária. O texto institui a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma.

Cesta básica

A alíquota média do imposto deve ficar em 26,5%, afirmou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, abaixo da média atual, que é de 34%. O ministro Fernando Haddad, que comemora a entrega do texto, garantiu que a proposta não terá aumento de imposto sobre alimentos da cesta básica.

Votação antes do recesso

Arthur Lira pretende colocar o texto em votação antes do recesso do meio do ano, em julho. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete agilidade. O documento substitui cinco impostos por dois, um federal e um para estados e municípios.

Mais transparência

O deputado federal gaúcho Elvino Bohn Gass (PT) celebrou a entrega do texto pelo governo. “No passado praticamente ninguém acreditava que o governo aprovasse a primeira parte da reforma tributária para simplificar tributo, para onerar menos, para ser mais transparente.”

Tributação progressiva

“No Brasil tem uma grande injustiça. Quando se tratam igualmente os desiguais você comete a maior injustiça”, aponta Bohn Gass. Ele acrescenta dizendo: “Nós temos que ter uma progressividade tributária sobre grandes fortunas, sobre grandes rendas, sobre patrimônio. Temos que ter uma diferença de progressividade, e esse é ainda um grande debate”.

Falta o mais importante

“Muita gente não acreditou que o Congresso ia aprovar a reforma tributária. Agora não adianta apenas ter isso votado e aprovado sem regulamentar”, cobrou o deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSB).

Nova configuração tributária

Heitor Schuch (foto) explica que, “por questões fiscais e tributárias, o Legislativo não pode ser protagonista. Com a proposta do governo, nós temos que nos inserir neste debate que acho fundamental para a gente, de fato, reduzir o número de tributos, diminuir a burocracia, garantir que estados e municípios não percam receita e que a gente tenha uma nova configuração tributária daqui para frente”.



Críticas a Lula

Presidente da Frente Parlamentar da Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos, Espumantes e Sucos, Afonso Hamm (PP) critica o presidente Lula, porque “tem se preocupado com o exterior, enquanto o País passa por dificuldades, perda de renda, inflação e alimentos caros”.

Sem acordo, multas da Lava Jato seguem ao STF

Ministro deve dar mais 30 dias para acerto entre governo e empreiteiras

/ JUSTIÇA

O governo federal não deve chegar a um acordo com as empreiteiras para renegociar os acordos de leniência firmados no âmbito da Lava Jato. Com isso, a definição ficará para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, que deve dar mais 30 dias para que um acordo seja fechado.

Foi ele que determinou, em fevereiro, a abertura da renegociação, dando prazo de 60 dias para um acordo. O limite inicial é esta sexta-feira.

As empresas querem usar até 50% do seu prejuízo fiscal para abater as multas, enquanto a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) ofereceram 30%.

Os prejuízos fiscais são definidos contabilmente quando a empresa antecipa o pagamento de tributos sobre um lucro que depois não se realiza. Quando isso ocorre, o governo permite que compensem o valor em futuros pagamentos de tributos.

As empreiteiras que discutem as multas com a União são Metha (antiga OAS), Novonor (antiga Odebrecht), UTC, Engevix, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Coesa. Juntas, elas devem R\$ 11,8 bilhões em valores corrigidos.

A utilização do prejuízo fiscal no pagamento de multas de acordos de leniência é permitido por uma lei aprovada no governo do



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

André Mendonça determinou a reabertura das negociações

ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Usando essa lei, a BRF fechou um acordo com a CGU no fim de 2022 para pagar até 70% de uma multa de R\$ 583,98 milhões usando créditos fiscais. O percentual é o teto permitido pela legislação.

A decisão de Mendonça determinando a reabertura das negociações foi dada em ação apresentada por PSOL, PCdoB e Solidariedade, partidos representados na causa por integrantes do escritório de advocacia de Walfrido Warde, conhecido por posicionamentos críticos aos métodos da operação.

O ministro suspendeu, durante o prazo de discussão, qualquer multa em razão de eventual descumprimento das empresas das obrigações financeiras pactuadas.

Os partidos argumentaram

ao STF que os pactos foram celebrados antes do acordo de cooperação técnica que sistematiza regras para a leniência e, por isso, seriam irregulares.

Em nota divulgada na ocasião, a corte afirmou que Mendonça ressaltou a importância dos acordos de leniência como instrumento de combate à corrupção e que a conciliação não servirá para que seja feito “revisão histórica”.

O magistrado disse, ainda segundo o comunicado, que o objetivo é assegurar que as empresas negociem com os entes públicos com base nos princípios da boa-fé, da mútua colaboração, da confidencialidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

As discussões de renegociação entre AGU, CGU e as empresas foram iniciadas em março.

Planalto consegue adiar sessão sobre derrubada de vetos

/ GOVERNO FEDERAL

O governo Lula (PT) conseguiu adiar a sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais, prevista para a noite desta quarta-feira. Assim, evitou possível derrota em diferentes projetos e ainda garantiu mais tempo para negociar a liberação de emendas parlamentares, alvo de reclamações no Congresso.

O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), confirmou o adiamento no início da noite. Mais cedo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ser favorável, assim como outros líderes da casa, segundo ele, à

manutenção da sessão que analisaria os vetos - mas essa posição não saiu vencedora.

A previsão é que a sessão que vai analisar vários vetos, que vão de orçamento para emendas à saída de presos, ocorra entre os dias 7 e 9 de maio.

A decisão ocorre após uma série de reuniões entre membros do governo e lideranças do Congresso, além do envolvimento direto de ministros palacianos nas negociações, como Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais).

Parlamentares da base do petista admitiram que o governo não conseguiu acertar a pauta nem fe-

char o acordo em torno do veto do presidente Lula ao valor de R\$ 5,6 bilhões reservados no Orçamento deste ano para o pagamento de emendas de comissão.

“Pelo bem da República, foi adiado. O entendimento e diálogo são pressupostos para sustentar a relação democrática entre Executivo e Legislativo”, disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Até mesmo aliados de primeira hora do Palácio do Planalto no Senado reclamaram da articulação política e deram sinais de insatisfação durante a discussão do projeto que recia o seguro DPVAT e libera cerca de R\$ 15,7 bilhões ao governo.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade